

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

31/03/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

NOTÍCIAS DE SANTOS

Servidores públicos de Santos questionam corte de ponto

Embora tenha anunciado que cortaria o ponto dos servidores em greve - respaldada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de outubro de 2016, que prevê o corte de dias parados independente da legalidade do movimento - a Prefeitura de Santos ainda não estabeleceu de que forma se dará a situação. A polêmica sobre as implicações do ato teve início após servidores questionarem um trecho do relatório da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), que determinou que parte dos servidores retornasse ao trabalho, destaca também que não deverá existir prejuízo de descontos dos dias paralisados em razão da greve. O Diário do Litoral teve conhecimento de que a Secretaria de Educação de Santos (Seduc) solicitou que todas as chefias imediatas das unidades de ensino apontassem as ausências referentes ao período de paralisação dos servidores como faltas injustificadas. Os profissionais questionam as implicações da medida e temem ser responsabilizados por possíveis inconsistências na declaração, uma vez que as informações contidas na folha de frequência são de responsabilidade das chefias superiores. Ponderam ainda a obrigatoriedade ou não de repor as aulas perdidas pelos alunos da rede municipal de ensino caso os dias sejam descontados em folha.

Projeto de reajuste é apresentado a vereadores

A Prefeitura apresentou aos vereadores, nesta quinta-feira, projeto de lei que fixa abono salarial a servidores municipais a partir de julho e incorporação de reajuste em dezembro. A Administração dará entrada oficial da matéria na Câmara na próxima segunda-feira. O projeto prevê a concessão de abono de 2% ao mês, no período de 1º de julho a 30 de setembro, e 5,35% ao mês, no período de 1º de outubro a 30 de novembro de 2017. A partir de 1º de dezembro, haverá a incorporação do reajuste de 5,35% sobre os vencimentos. O valor do auxílio-alimentação dos servidores que cumprem jornada semanal de 30 a 40 horas semanais será de R\$ 422,40, reduzido em 50% para aqueles com jornadas entre 20 e 30 horas por semana. Já a cesta básica foi fixada em R\$ 263,40 no projeto de lei. O reajuste é retroativo a fevereiro. O reajuste e o abono não serão aplicados nos salários dos cargos comissionados de livre provimento, porém, valerão sobre o salário base dos servidores estatutários ocupando cargos em comissão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/03/2017

NOTÍCIAS DO GUARUJÁ

Guarujá apresenta proposta de reajuste de 5,3% a servidores

O prefeito de Guarujá, Válder Suman, apresentou na última quarta-feira (29) às presidentes dos sindicatos que representam os servidores públicos do Município proposta de 5,354% de reajuste salarial, próximo ao pedido pela categoria, de 6,28%.

Além disso, a Prefeitura propõe aumento no auxílio-alimentação (de R\$ 575,00 para R\$ 600,00); honrar o pagamento retroativo do abono salarial (1,9%) em quatro parcelas a partir da folha de abril; efetuar, até outubro deste ano, o pagamento de promoções horizontais, níveis e progressão funcional que representam um passivo deixado pela gestão anterior; depositar metade do 13º salário em junho deste ano, entre outros benefícios.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/03/2017

NOTÍCIAS DE CUBATÃO

Ademário apresenta proposta, mas servidores mantêm greve

Os servidores públicos municipais de Cubatão rejeitaram a proposta apresentada pelo prefeito Ademário Oliveira (PSDB), na noite de ontem (30), em reunião com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e do Sindicato dos Professores, no Paço Municipal. Após o encontro, a categoria decidiu manter a greve. A paralisação do funcionalismo cubatense teve início na última terça-feira (28). "O prefeito apresentou uma proposta muito complicada, porque ele abre mão da cesta básica do servidor, porém o que o servidor necessita, no momento, ele deixou aquém. Deixamos algumas sugestões como vetar o projeto ou vetar o projeto nos pontos das ações de férias e voltar a pagar a licença prêmio voltar a pagar (*sic*). É muito complicado passar isso para a nossa categoria. Acredito que vamos nos manter em greve até que ele chame para conversar novamente", afirmou Jorge Daniel Santos, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cubatão. A proposta apresentada pelo prefeito previa vetar o artigo da lei que define os dias para licenças médicas injustificáveis – que é de seis dias para nove dias para gestantes – e liberar a cesta básica para todos os servidores, além de não descontar os dias de paralisação. Na proposta aprovada pela Câmara, apenas o funcionário com salário de até R\$ 8 mil teria direito ao benefício.

Prefeito pede cautela e diz que PM pode ter sido acionada pela oposição

Logo após o encontro com os sindicalistas, na noite de ontem, o prefeito de Cubatão, Ademário Oliveira (PSDB), disse que abriu negociação com os servidores, mas que espera que a categoria entenda a realidade financeira da cidade. O chefe do executivo cubatense também comentou a ação da Polícia Militar contra os servidores na última terça-feira, dizendo que não cabe a ele julgar se houve excessos ou não. "Estamos numa mesa de negociações. Estamos discutindo gradativamente na mesa de negociações para que a gente possa sanar todos os problemas e voltar à normalidade, embora tenha uma sentença judicial que diz que 80% dos servidores voltem às suas atividades normais", afirmou Oliveira. Ele voltou a reafirmar que a reforma administrativa aprovada pela Câmara é necessária para equilibrar as finanças do município. "O projeto de lei é consciente. Estamos com muita consciência. Estamos tentando nos comunicar com os servidores que a Prefeitura de Cubatão não é mais do mesmo tamanho de que era na década de 80, 90 e 2000. Não temos orçamento. Não temos dinheiro. A cidade está em estado de falência.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/03/2017

Consignado para aposentados tem taxas de juros reduzidas

O governo anunciou ontem a redução do teto dos juros dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS. A taxa mensal caiu de 2,34% para 2,14%. Nas operações com cartão de crédito, o juro mensal recuou de 3,36% para 3,06%, indica portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Com a queda na taxa básica de juros nos últimos meses, o governo decidiu reduzir o teto dos juros cobrado nos empréstimos consignados também para servidores públicos da União. A medida permitirá a migração de dívidas mais caras, como as de cartão de crédito, por exemplo, para uma modalidade mais barata e até mesmo estimular novas concessões. Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão reduz pela primeira vez desde que foi criado em 2008, o teto para a taxa de juros nas operações de crédito consignado para servidores. O teto, que sempre foi de 34,5% ao ano, cai para 29,8% ao ano, representando uma redução de 4,6 pontos percentuais. Ao mês, o teto passa de 2,5% para 2,2%.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/03/2017